

FORTALEZA DE NOSSA SENHORA DOS PRAZERES OU DA BARRA



LOCALIZAÇÃO: ILHA DO MEL (BAÍA DE PARANAGUÁ).
DATA DA CONSTRUÇÃO: 1767-1769.
CONSTRUTOR: AFONSO BOTELHO DE SAMPAIO E SOUZA
PROPRIETÁRIO: GOVERNO FEDERAL.
TOMBAMENTO ESTADUAL: PROCESSO N°39/72. INSCRIÇÃO N°38.
LIVRO DO TOMBO HISTÓRICO. DATA: 01/03/1972.
TOMBAMENTO SPHAN: PROCESSO N°1 101-T E 1 55-T,
 INSCRIÇÃO N° 52. LIVRO HISTÓRICO, FL. 10; E INSCRIÇÃO N°92.
LIVRO DAS BELAS-ARTES, FL. 7. DATA: 24/5/1938.

Em 29 de julho de 1648, por Provisão Régia, D. João IV, então rei de Portugal, em atenção ao que lhe fora solicitado pelos habitantes do povoado, que desde os fins do século XVI ou princípios do XVII se erguera à margem esquerda do Rio Itiberê, houve por bem conceder foros de vila à póvoa que, como tantos outros pequenos aglomerados humanos, se perdia nas vastidões meridionais do Brasil. Simples arraial de mineradores e aventureiros brancos, de mistura com índios e negros, formava uma sociedade bem primitiva, constituída, inicialmente, de emigrados de São Vicente e Cananéia, estabelecidos desde antes de 1560 na Ilha de Cottinga, que lhe ficava em frente. Aos poucos, esses primeiros povoadores foram passando para o continente e ergueram novo arraial, o qual, expandindo-se, menos de um século depois passaria a ser a vila de Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá.

Subordinada à capitania de São Paulo e fundada com o objetivo de firmar ao Sul de Cananéia e projetar até o Rio da Prata a soberania lusa, mediante o povoamento do litoral e sertões correspondentes, Paranaguá foi sede de sucessivos comandos militares, com o que se pretendeu prestar auxílio às medidas de expansão e assegurar a defesa do litoral contra eventuais ataques de espanhóis e piratas que, à época, assolavam as costas e saqueavam as povoações.

Todavia, apesar das petições, rogos, súplicas, para que se defendesse a vila, Paranaguá era totalmente desprotegida como o comprova o fato ocorrido em 1718, quando governava a vila o capitão-mor Antonio Gonçalves Pinheiro: à vista de sua população, dentro da baía, ocorreu o naufrágio de um navio pirata francês que perseguia um galeão procedente de Valparaíso, fato esse levado ao conhecimento de El Rei D. João V, pelo ouvidor Rafael Pires Pardiniho, no curso de sua viagem de correição, pelo Sul do país.

Ao longo dos anos não foram poucos os sobressaltos vividos pela vila, até que em 1734, o então governador, capitão-mor Anastácio de Freitas Trancoso mandou instalar uma peça de artilharia na barra, para evitar a passagem de qualquer embarcação cujo acesso fosse indesejável. A necessidade da construção de um forte, que se fazia sentir desde a fundação da colônia do Sacramento, mais e mais se tornava premente, ante a crescente tensão entre Portugal e Espanha. E em 27 de janeiro de 1765, com a transferência da capital para o Rio de Janeiro - que passou, então, a sede do vice-reinado-, e o restabelecimento da capitania de São Paulo, e ante o agravamento das relações luso-espanholas, a construção urgente de um forte que defendesse Paranaguá entrou no rol das cogitações das autoridades portuguesas.

Com a nomeação do morgado de Mateus, o capitão-general D. Luiz Antônio de Souza Botelho Mourão, para governar a capitania de São Paulo, e por ordem expressa do marquês de Pombal, ultimaram-se as medidas relacionadas com a defesa da vila de Paranaguá, e em 28 de dezembro daquele ano a Câmara Municipal aprovou a

construção de uma fortaleza na Ilha da Baleia - atual Ilha do Mel -, a ser erguida com o auxílio do governo e a contribuição do povo.

Em 1767 o tenente-coronel Afonso Botelho de Sampaio e Souza, primo do governador de São Paulo - "passará a Va. de Paranaguá e examinará o logar na sua Barra onde se construirá a Fortaleza, averiguando com cuidado o que se deve fazer (..) dando-me contudo sempre parte pa. eu determinar o que for mais a bem do Real serviço" -, chegou a Paranaguá trazendo a importância de R\$400\$000 (quatrocentos mil-réis), da Real Fazenda, a qual, somada à de R\$250\$000 (duzentos e cinquenta mil-réis), oferecida pela Câmara Municipal, propiciou o início da construção, em 15 de janeiro. Fazendo do antigo Colégio dos Jesuítas seu escritório de obras, e após quase três anos de intensos trabalhos, Afonso Botelho de Sampaio, em 23 de abril de 1769, deu por concluídos os trabalhos — executados, segundo documentação existente, por apenas 50 operários (pedreiros, carpinteiros) e escravos. Originalmente, a fortaleza compunha-se de muralhas de sustentação do terrapleno, corpo da guarda, prisão e enxovias com abóbadas, capela, quartel da tropa, casa da pólvora e casa do comandante.

Ignora-se o nome do autor do projeto. Entretanto, não se afaste a hipótese de que tenha sido obra do então tenente-coronel José Custódio de Sá e Faria, então de retorno a São Paulo, depois de vários anos a serviço d'El Rei nas capitanias de Santa Catarina e de São Pedro do Rio Grande. Não havendo engenheiros, provavelmente as plantas seriam fruto de trabalho amadorístico, o que não ocorreu (para tanto bastaria citar o trabalho que resultou no muro e no pórtico da fortaleza, concepção, inequívoca, de quem entende do riscado). No alto do pórtico, à direita de quem entra, colocou-se cartela com as armas do Reino de Portugal e, por baixo, o brasão dos Botelho. A esquerda, aberta sobre o lioz, uma inscrição fala da obra: "1770, Reinando em Portugal o Sereníssimo Senhor D. José I, mandou fazer esta Fortaleza o Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor D. Luiz Antônio de Souza Botelho Mourão Senhor da Vila de Ovelha, Morgado de Mateus, Fidalgo da Casa de Sua Majestade Comendador da Ordem de Cristo, Governador da Fortaleza de Viana, Governador e Capitão-General desta Capitania de São Paulo, no 40º ano de seu Governo, de 1769."

O custo das obras se elevou a 30 contos de réis em ouro, e ao ser dada por pronta, a fortaleza estava equipada com seis peças de ferro e bronze - duas de calibre 23; duas de calibre 18 e duas de calibre 12 -, as quais, juntamente com a munição e apetrechos vieram de Santos. Em 23 de abril de 1769, pela primeira vez, saudando o término da construção, os canhões dispararam em conjunto.

Com o passar do tempo, a Fortaleza de Nossa Senhora dos Prazeres teve vários períodos de inatividade. Desarmada em 1800, seus canhões foram levados de volta a Santos. Em 1802, por ordem do governador da capitania de São Paulo, a fortaleza passou por pequenas obras de reparos e reconstrução, e em 1820, já quase em ruínas, foi, ao que consta de documentação, novamente submetida a grandes reparos, concluídos dois anos depois. Essa reconstituição em muito alterou o aspecto geral inicial: calçadas, artilharia, porão e outras edificações.









Em 1831, durante a Regência, incluída no plano geral de desarmamento, foi desativada. Durante o ano de 1846, sobre o terrapleno, na área fronteira da fortaleza, foi construído um farol, com o propósito de orientar os navegantes.

Era 1850, episódio relacionado à supressão do tráfico de escravos quase degenerou em séria questão diplomática entre o Brasil e a Inglaterra: um cruzador inglês, o HMS Cormorant adentrou a Baía de Paranaguá e apressou os brigues Sereia e Dona Atina, e a galera Campeadora, tidos, todos, como navios negreiros. Depois das formalidades exigidas pelo comandante inglês Herbert Schomberg, o cruzador, arrastando atrás de si os barcos apresados, tomou o rumo da barra, sendo, então, interceptado por salvas que partiam da fortaleza e que o danificaram bastante, deixando-o à deriva. Na ocasião, a fortaleza era comandada pelo capitão Joaquim Ferreira Barbosa, posteriormente destituído do posto e submetido a conselho de Guerra. A ação, entretanto, fora por ele desautorizada, mas levada a termo por exaltado grupo de paranaguaras que desejava revidar à descabida intromissão estrangeira em assuntos nacionais.

Após esse incidente, ainda em 1850, a fortaleza foi objeto de novas reformas. Construiu-se novo parapeito no terrapleno superior às prisões, muralhas interiores, novo portão, remanejamento da capela, e substituiu-se o soalho das prisões.

No século XX, pouco foi feito: novo edifício para aquartelamento, em 1905, e pequenos melhoramentos em 1911 e 1913. A capela foi demolida.

Durante o ano de 1969, nela foram realizadas algumas obras de conservação, a cargo do IPHAN, e executadas consoante projetos do arquiteto Cyro Corrêa de Oliveira Lyra.

Em 16 de maio de 1975 por indicação do Conselho do Patrimônio Histórico e Artístico do Paraná, o governo do estado decretou o tombamento da Ilha do Mel, com o propósito de preservar-lhe, a paisagem, a flora e a fauna, bem como conservar hábitos tradicionais de seus antigos habitantes e evitar a especulação imobiliária.

Desativada, como todos os outros antigos fortes do litoral Sul por força dos novos conceitos de tática e estratégia, a Fortaleza de Nossa Senhora dos Prazeres, em 4 de novembro de 1982, foi transferida para a Fundação Nacional Pró-Memória, hoje Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Em conjunto com o governo do estado do Paraná, o IPHAN através da 10ª Superintendência Regional, elaborou em 1994, projeto de restauração e adaptação da fortaleza para centro de estudos ambientais. Consoante projeto de restauração dos arquitetos José La Pastina Filho e Rosina Coeli Alice Parchen, a Fortaleza foi totalmente restaurada com recursos oriundos de financiamento do Banco Mundial da ordem de cerca de 500 mil dólares.

A fortaleza, erguida em uma aba do morro da Baleia - nome que antigamente também era dado à ilha -, e fronteira à Ilha das Peças, domina o canal da barra do norte, o qual dá acesso à Baía de Paranaguá.. Originalmente compunha-se de conjunto de entrada com compartimentos abobadados sob o terrapleno superior, composto de acesso, tendo à esquerda o corpo da guarda e à direita duas enxovias ou prisões.



Encostadas às muralhas internas, o quartel da tropa e a casa do comandante. Sobre o pequeno terraço inferior, estavam a casa da pólvora e a capela.

O terraço é contido por muralha de alvenaria de pedra, com cerca de 2m de espessura e quase 10 de altura. Nos vértices da linha poligonal, formada pela muralha, sobre os cunhais de pedra aparente, guaritas (seis) em alvenaria de tijolos apoiadas sobre bacias de pedra lavrada e encimadas por pináculos, também em cantaria.

O acesso à fortaleza faz-se através de arcada em meio ponto, flanqueada, na entrada, por bela portada em cantaria encimada por cartela com as armas do Reino de Portugal, e sob elas o brasão dos Botelho.

A gola do parapeito é arrematada sobre o pórtilo - este em perfeito equilíbrio e enquadramento em relação ao baluarte, o que reafirma ter tido o projeto concepção arquitetônica apurada - por dois graciosos arcos que terminam em volutas e, sobre elas, cunha trabalhada em forma de concha. Nas extremidades, arrematando-os, dois coruchéus, um de cada lado. À direita e à esquerda do portão duas carrancas em cantaria e, lateralmente, à esquerda, placa epigráfica retangular em lioz chanfrada nos cantos, onde se gravou a memória da construção.

Ao que consta em documentação, quando se iniciaram as obras da fortaleza, na praia que lhe fica em frente, do outro lado do canal, foi encontrado marco de pedra que assinalava os limites das capitâncias de São Vicente e Santo Amaro.

No alto do Morro da Baleia foi construída, no início do século XX, uma bateria de canhões de maior alcance e dotados de equipamentos giratórios que permitiam a guarda dos dois canais de acesso à baía, o antigo ao Norte e o da Galheta, ao Sul.

Em 2004, com recursos federais, a Fortaleza recebeu novas obras de conservação e restauração que constaram da recuperação da casa da guarnição, das instalações elétricas, do sistema de drenagem e do revestimento e pintura das muralhas. ✿



ILHA DO MEL

Situada à entrada da Baía de Paranaguá, a 25 graus de latitude, com uma superfície de 2.762 ha e um perímetro de aproximadamente 35km, a Ilha do Mel é constituída por duas áreas nitidamente definidas, unidas por um istmo de 15m de largura no seu ponto mais estreito. A área menor, ao Sul, é caracterizada pela presença de seis elevações, a mais alta das quais o morro Bento Alves mede 160m de altura, e pelo recortado das praias abertas para o oceano. A área Norte, mais extensa, é dominada por uma planície de restinga, com mangues, riachos e lagoas, e é contornada por praias voltadas para o mar interior da Baía de Paranaguá.

Acidente geográfico mapeado na Sexta Carta da Costa do Brasil ao Meridiano do Rio de Janeiro, desde a Ponta de Araçatuba até a Barra do Guaratuba, pelo padre M. Diogo Soares, S.J., geógrafo régio no estado do Brasil, antes de meados do século XVIII, referido por inúmeros viajantes estrangeiros que ao Brasil vieram entre os séculos XVI e o XIX, foi registrado iconograficamente através de xilogravura no livro de Hans Staden (1555), por aquarelas de Debret (1827) e tema de inúmeros quadros a óleo de Alfred Andersen (1930), Theodoro de Bona (1946) e outros.

A ocupação humana remonta à pré-história, conforme testemunham inúmeros sambaquis. No período colonial, a ilha do Mel, pela posição estratégica, à entrada da Baía de Paranaguá, passou a ter um papel importante de defesa, construindo-se no sopé de um morro, em uma ponta, diante do canal de acesso, uma fortaleza, sob a invocação de N. Sra. dos Prazeres. Em 1872, na extremidade Leste, na Praia das Conchas, à boca da barra, foi erguido um farol para apoio à navegação, obra do tempo do Império, todo em ferro e cuja aparelhagem veio da Inglaterra.

Uma placa registra o fato: "O Senhor D. Pedro II, I.C., o Barão de Cotegipe, Ministro da Marinha, mandou construir este pharol. Eng. Zozimo Barrozo Construtores P&W Maclellan, Glasglow, 1870". Essa praia junta beleza e função vital, pois graças à luz do farol, que à noite a ilumina, podem os navegantes ter orientação.

A flora da ilha abrange a vegetação subarbustiva e arbustiva típica das restingas, a floresta latifoliada com a presença de liamas e epítitas, além de palmáceas e, finalmente, o manguesal. A vegetação na área de domínio da água do mar é constituída de plantas psamófitas e halófitas, que cobrem a superfície arenosa, e de ricas associações xerofíticas, nas quais estão presentes aglomerações de bromeliáceas, que crescem sobre as cúpulas rochosas fora do alcance das marés. Na areia seca registra-se a existência de gramíneas, ciperáceas e plantas com raízes adventícias em caules rastejantes. Ao Sul da Baía de Paranaguá, a vegetação nativa ou foi totalmente destruída ou está bastante comprometida.

Durante a Segunda Guerra Mundial, a ilha esteve sob ocupação de forças militares, medida considerada indispensável à proteção do porto e Baía de Paranaguá.

Desde o final do século XIX, a ilha do Mel é bastante procurada por turistas, e dada sua localização, entrada da barra, o que se pretende com a medida de tombamento é,



LOCALIZAÇÃO: BAÍA DE PARANAGUÁ.

PROPRIETÁRIO: UNIÃO E DIVERSOS PARTICULARES

TOMBAMENTO ESTADUAL: PROCESSO Nº 56/74, INSCRIÇÃO Nº 11.

LIVRO DO TOMBO ARQUEOLÓGICO, ETNOGRÁFICO E PAISAGÍSTICO. DATA: 16/05/1975.

BIBLIOGRAFIA: ARQUIVOS DA CURADORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DA SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA DO PARANÁ.

CARNEIRO, DAVID, A. CASOS E COISAS DA HISTÓRIA NACIONAL, RIO DE JANEIRO, ED, ALBA, 1934.

AVÉ-LALLEMENT, ROBERT, VIAGENS PELAS PROVÍNCIAS DE SANTA CATARINA, PARANÁ E SÃO PAULO, 1858, USP, SÃO PAULO, 1980.

LEÃO, ERNELINO DE A. DICIONÁRIO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO ESTADO DO PARANÁ, CURITIBA, 1928.

MAAC, PINHARD. "NOTAS PARA A HISTÓRIA, GEOLOGIA E GEOGRAFIA O PARANÁ", COMUNICAÇÃO AO 1º CONGRESSO REGIONAL DE HISTÓRIA EM PARANAGUÁ, 1948, IN REVISTA INSTITUTO HISTÓRICO, GEOGRÁFICO E ETNOLÓGICO PARANAENSE, VOL. VIII, CURITIBA, 1963.

—, GEOGRAFIA FÍSICA DO PARANÁ, JOSÉ OLYMPIO, SECRETARIA DA CULTURA DO ESTADO DO PARANÁ, INL, RIO DE JANEIRO, 1981.











NASCIMENTO JR., VICENTE. PARANAGUÁ: HISTÓRIA, CRÔNICAS E LENDAS, CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA, PARANAGUÁ, 1980.

PLANO BÁSICO REGIONAL LITORAL DO PARANÁ, 1966.

RIO BRANCO, BARÃO DO, EFEMÉRIDES BRASILEIRAS EDIÇÃO FAC-SIMILADA, RIO DE JANEIRO, MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 1946 (OBRAS DO BARÃO DO RIO BRANCO).

SAINT-HILAIRE, AUGUSTE. VIAGEM A CURITIBA E PROVÍNCIA DE SANTA CATARINA, USP, SÃO PAULO. 1978.

SANTOS, ANTÔNIO VIEIRA DOS. MEMÓRIA HISTÓRICA, CHRONOLÓGICA TOPOGRÁFICA E DESCRIPTIVA DA CIDADE DE PARANAGUÁ E SEU MUNICÍPIO, CURITIBA, MUSEU PARANAENSE, 1850, ILUST.

STADEN, HANS. DUAS VIAGENS AO BRASIL, USP, SÃO PAULO, 1978.

VIANA, MANOEL. PARANAGUÁ NA HISTÓRIA E NA TRADIÇÃO, CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA, PARANAGUÁ, 1976.

FIGUEIREDO, JOSÉ CARLOS. CONTRIBUIÇÃO À GEOGRAFIA DA ILHA DO MEL, CURITIBA, 1954.

justamente, impedir o turismo predatório e a ocupação desordenada do solo e também a proteção do que resta da flora e da fauna do litoral do Paraná. A manutenção do paisagismo da ilha e a preservação dos hábitos tradicionais do caboclo, que ainda faz seu barreado, dança seu fandango e tece suas lendas - “a praia das Encantadas era das sereias que atraíam os barcos, os quais, indo pelo canto delas, acabavam batendo nas pedras(...)” - incluem-se, outrossim, nas medidas de proteção, bem como os sítios arqueológicos que assinalam a presença de culturas pré-cabralinas, na área. São poucos os pontos habitados; na Prainha residem os moradores mais antigos, vivendo de pesca artesanal, hoje em decadência. Da primitiva povoação restam menos de 50 casas uma pequena escola e uma igreja.

Além da riqueza e da beleza naturais que lhe são inerentes, ao longo da praia que vai do Farol das Conchas à fortaleza (seis quilômetros, aproximadamente) registra-se a presença de rica fauna de alto valor científico, na forma de primitivas espécies de invertebrados.

Por todas essas razões, justifica-se, como o deseja a comunidade científica do Paraná, a transformação da Ilha do Mel em parque natural e reserva biológica, sob proteção legal. ✿

